

# O POSTULADO DA INFALIBILIDADE NOS DIÁLOGOS PLATÔNICOS

José Trindade Santos\*

\* Possui graduação em Filosofia pela Universidade de Lisboa (1974), mestrado em Filosofia pela Universidade Nova de Lisboa (1984) e doutorado em Filosofia pela Universidade de Lisboa (1989). Atualmente é professor aposentado da Universidade Federal da Paraíba e colaborador dos Programas de Pós-graduação em Filosofia. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Filosofia Grega Antiga, atuando principalmente nos seguintes temas: epistemologia, Filosofia da Linguagem e metafísica

**RESUMO:** Como entender o postulado da infalibilidade do saber? Associado à tese de Trasímaco sobre a infalibilidade do saber dos artesãos (*R. I* 340d-e), vemos-lo ser sustentado no *Górgias* (454d), na *República* (V 477e) e no *Teeteto* (152c), introduzindo a contraposição das “competências” cognitivas: *epistêmê* e *doxa*. Ignorado ou descontado como uma peculiaridade da filosofia platônica, nenhuma tentativa parece ter sido feita para o inserir numa estrutura epistemológica coerente. É esse o objetivo a que visamos, ensaiando uma breve reconstituição da problemática da ‘infalibilidade’ nos diálogos platônicos.

**PALAVRAS CHAVE:** Infalibilidade – epistemologia – diálogos platônicos.

## PLATO’S POSTULATION OF THE INFALLIBILITY OF *EPISTÊMÊ* IN THE DIALOGUES

**ABSTRACT:** Can we understand Plato’s postulation of the infallibility of *epistêmê* in the dialogues? Unrelated to Thrasymachus’ thesis on the infallibility of the knowledge of the craftsman (*R. I* 340d-341a), we find it upheld in the *Gorgias* (454d), the *Republic* (V 477e) and the *Theaetetus* (152c), distinguishing *epistêmê* from *doxa* as cognitive “competences”. Ignored or discounted as a peculiarity of platonic philosophy, no attempt seems to have been made to insert it in a coherent epistemological structure. I aim at that objective here, sketching a brief reconstruction of some arguments on ‘infallibility’ in Plato’s dialogues.

**KEY WORDS:** Infallibility – Epistemology – Plato’s dialogues.

## 1. O PROBLEMA

1. Interpreto esta anuência imediata como sintoma de um amplo consenso público sobre a questão.

Talvez o maior mistério da epistemologia clássica, no *Teeteto* assumido como problema (200e-210b), reside no postulado da infalibilidade do saber. Nunca justificado, nem explicitamente negado, vemo-lo, sempre com a concordância dos interlocutores<sup>1</sup>, sustentado no *Górgias* (454d), na *República* (V 477e) e no *Teeteto* (152c), introduzindo a contraposição das duas “competências” cognitivas paralelas: *epistêmê* e *doxa*. Paralelamente, num contexto refutativo, atribuído a Trasímaco e aparentemente alheio à epistemologia platônica, este postulado surge na *República* (I 340d-e) caracterizando a infalibilidade do saber dos artífices.

Duas linhas interpretativas concorrem para a análise deste postulado: a daqueles que atribuem a Platão uma epistemologia proposicionalista e coerentista; a dos que advogam o contato direto da alma com o inteligível. A despeito de rivalizarem uma com a outra, estas duas interpretações comungam na inserção da *epistêmê* platônica numa matriz predicativa, na qual a cognição é entendida como uma espécie de ‘faculdade’, exercida por um sujeito sobre um objeto exterior.

Consciente de que nenhuma destas interpretações explica satisfatoriamente o postulado da infalibilidade do saber, o objetivo deste texto é avançar uma proposta que se opõe a ambas: a de que a epistemologia de Platão nos diálogos se compreende melhor se se admitir que o filósofo lança as bases da sua concepção predicativa do saber argumentando contra uma epistemologia antepredicativa. Partirei do argumento atribuído a Trasímaco para ensaiar uma reconstituição conjectural dessa estrutura antepredicativa.

### 1.1. República I: a tese atribuída a Trasímaco

Inserida no *elenchos* sobre a definição da justiça como “a conveniência do mais forte” (338c, 340b. *passim*), a objeção que o sofista apresenta a Sócrates expõe-se sucintamente: do fato de não ser possível conferir o estatuto de ‘artífice’ (no caso, “médico”, “calculador”, “governante”) àquele que erra decorre que “nenhum artífice se engana”:

2. Tradução de M. H. da Rocha Pereira, 2001<sup>9</sup>. O sofista justifica a tese precisando que o governante, “na medida em que está no governo, não se engana” (341a).

Efetivamente, só quando o seu saber o abandona é que quem erra se engana, e nisso não é um artífice<sup>2</sup> (340e).

À primeira vista, estamos diante de um grosseiro sofisma, pois parece tão insensato exigir ao praticante de uma arte que nunca erre, como consentir que se engane constantemente. Por isso, se antes Trasímaco tinha admitido que um governante podia errar (339b-c), a sua precisão ulterior vai no sentido de especificar que a atribuição da infalibilidade ao artífice e à sua prática implica que eventuais erros acarretam a perda do estatuto conferido. Os contornos da tese parecem-me merecer atenção.

1.1.1. Esta alegação poderá não parecer implausível se a ‘infalibilidade’ não for entendida como um *predicado* atribuído ao artífice e à sua prática, mas, antepredicativamente, como *pressuposto* da síntese que engloba o artífice, a sua prática e a sua obra, no estatuto que as caracteriza em bloco. Enquanto o predicado pode ou não ser atribuído ao praticante de uma arte, à sua obra ou à própria arte, *separadamente*, o pressuposto é condição da atribuição do estatuto que globalmente unifica praticante, atividade e obra. A diferença entre ‘predicado’ e ‘pressuposto’ mostra que as leituras predicativa e antepredicativa da tese são incomensuráveis: enquanto, de um lado, se acham três naturezas, relacionáveis por enunciados predicativos, cada uma delas independentemente avaliável, do outro, acha-se a entidade única, formalmente condensada no estatuto que a singulariza.

1.1.2. A reação de Sócrates ao argumento do sofista é coerente com a metodologia aplicada nos diálogos elênticos. Ignorando a tese da infalibilidade da *technê*, o filósofo procede à sua desarticulação quer estabelecendo analogias entre as diversas artes (342a-b), quer contrastando praticantes através do exame das suas práticas e produtos. Eximindo-se a ataca-la, ao avaliar separadamente a arte, o artista e as suas obras (342d-e), supera a unidade antepredicativa que suporta a tese da infalibilidade.

## 1.2. A infalibilidade nos diálogos “socráticos”

Análogo procedimento é adotado em alguns diálogos “socráticos”. Por exemplo, no *Górgias*, o debate sobre a natureza da Retórica exige que, para que esta seja avaliada como arte, devam ser indicados os seus “objeto” (*peri ti*: 451d5, *passim*) e “produto” (*ergon*: 452a8, *passim*; 451d-455e). No *Íon*, depois

de ter indicado que a “arte poética constitui um todo” (532c), Sócrates sustenta que cada arte tem o seu nome próprio (537d), que “conhece (*gignôskein*) as mesmas coisas” (538a), e que “quem não possui uma arte não será capaz de conhecer bem as coisas ditas ou feitas por essa arte” (*Ibid.*).

Pelo contrário, embora, no *Cármides*, rejeite a concepção, proposta por Crítias, de que a *sôphrosynê* é “saber de si própria e dos outros saberes” (166e-167a), inserindo todos os contraexemplos que apresenta num contexto relacional, claramente predicativo (167b-169a), Sócrates se limita a contrapor a concepção antepredicativa, avançada pelo seu interlocutor, sem aprofundar a crítica.

Toda a estratégia que visa a desconstrução da antepredicatividade é globalmente reforçada no *Mênon*, a partir da tese segundo a qual só se conhece aquilo que se pode dizer “o que é” (71a), e essa entidade se diz condensando num *logos* o predicado comum a todas as coisas que recebem um mesmo nome (75a). Adiante, o corte com a antepredicatividade é já conspícuo, no passo em que, independente do saber, assumida como ‘opinião’ propriamente dita, ao receber a qualificação de “verdadeira” (97b ss.) a *doxa* é definitivamente inserida num contexto relacional e predicativo<sup>3</sup>.

3. É indubitável que toda a opinião é necessariamente “de alguém” e “sobre algo”.

4. A aceitação da infalibilidade é reconhecida pelos comentadores, no entanto, a tentativa de explicar num contexto predicativo leva alguns a acharem que ela conduz a resultados “paradoxais” (*vide* H. H. Benson 2000, 149-157).

Pode então se concluir que a posição de Sócrates sobre a infalibilidade é ambivalente. Por um lado, nunca chega rejeita-la explicitamente; disso o impede a sua defesa da tese de que, por ser um saber subordinante dos outros, a virtude exclui um eventual mau uso (*Eutidemo* 289b-c, 291c-d; *vide* T. Irwin 1977, 76-77, 299; H. H. Benson 2000, 153-155). Por outro lado, ao argumentar predicativamente contra os seus interlocutores, o filósofo promove a sua desarticulação<sup>4</sup>.

### 1.3. A República V

É por esta razão que o argumento que conclui a *República V* (476e *ad fn.*) deve a sua maior dificuldade à circunstância de nele se sobrepor os dois contextos epistemológicos incomensuráveis. Pois, se, nos diálogos platônicos, a exigência de que o saber exige a apresentação de um *logos* (*Mên.* 71a-77b; *Fédon* 76b; *R.* VII 534b) remete para um contexto predicativo, o postulado da infalibilidade deveria ter sido rejeitado, uma vez que só pode ser entendido num contexto antepredi-

cativo. Vemo-lo, porém, reaparecer pouco depois de a concepção relacional do saber ter sido exposta.

1.3.1 À pergunta de Sócrates sobre se “aquele que conhece conhece algo que é ou que não é”, Glauco responde “que é”, justificando a sua opção com a pergunta retórica:

Pois, como havia de se conhecer *algo* que não é<sup>5</sup> (477a).

Decalcado de Parmênides B2, o argumento insere o original eleático, compreensível antepredicativamente<sup>6</sup>, num contexto relacional e predicativo, primeiro por referir todo conhecimento a um “sujeito cognoscente”, depois, por indicar duas vezes “algo” como “objeto” dessa prática cognitiva.

No entanto, o sentido desta sobreposição só torna-se claro com a subsequente introdução da “competência” cognitiva paralela à *epistêmê*, denominada “*doxa*”, pois é a necessidade de distinguir uma da outra que vai obrigar Sócrates a introduzir o postulado (477e), atestando que a ‘infalibilidade’ é pressuposto exclusivo do complexo constituído pelo ser/saber<sup>7</sup>. Como cada uma das competências – à semelhança do argumento de Trasímaco – funde numa única entidade ela própria, aquilo sobre que se exerce e o seu produto (477d), só é possível distinguir uma da outra pelo fato de à unidade do “saber/ser” se atribuir a infalibilidade, negada conjuntamente ao complexo da *doxa*, que sob o mesmo termo grego unifica “aparência”, “crença” e “opinião” (477e).

Esta sobreposição dos contextos epistemológicos, lendo antepredicativamente argumentos que entendem a cognição como um processo relacional e predicativo, será motivo de paradoxos e aparentes falácias, persistentes em diálogos julgados posteriores, nomeadamente no *Teeteto* e no *Sofista*.

#### 1.4. O Teeteto

Decerto Platão teve consciência do problema criado pelo conflito entre os contextos predicativo e antepredicativo, pois vemo-lo reaparecer pontualmente ao longo da totalidade do *Teeteto*. Concentra-se aí em duas ordens distintas de problemas, que se conjugam no final do diálogo para produzir a aporia em que desemboca a investigação sobre a natureza do ‘saber’.

5. A Tradutora opta por “não existe”.

6. A leitura antepredicativa de B2 acha-se em José Trindade Santos, “A leitura de “é/não é” a partir de Parmênides, B2”, *Dissertatio* 36, 2012, 11-31; “Uma leitura antepredicativa do argumento de Parmênides” (em curso de publicação).

7. Nesta leitura, a infalibilidade não é um predicado *implicado* pelo saber, mas a condição *pressuposta* pela possibilidade do saber. Não se põe, portanto, o problema de cada competência se aplicar a *objetos* diferentes (acarretando uma “teoria de dois mundos”: *vide* a crítica a esta interpretação em: G. Fine 1999, 215-246), nem é necessário introduzir a premissa, não expressa no texto, de que “o saber é possível” (*Id.*, *Ibid.* 224). Todo o argumento visa à articulação da cognição com as competências paralelas da “*epistêmê*” e da “*doxa*”. Consequentemente rejeito a leitura “tradicional”, recentemente proposta por T. Butler (2011, 1-26).

### 1.4.1. A ambiguidade da *doxa*

O primeiro problema, radicado na *República V*, é o da ambiguidade da *doxa*. Num contexto antepredicativo, a *doxa* é lida como síntese da “competência cognitiva” (“crença”) com o “produto” do exercício dessa competência (“opinião”). Todavia, a argumentação contra o ‘infallibilismo’ de Protágoras, toda ela inserida num contexto predicativo, vai acarretar a distinção entre a competência e o seu produto. O filósofo quer mostrar que, mesmo que alguém ache que as suas crenças são sempre verdadeiras, do fato não resulta serem verdadeiras as opiniões que as exprimem (170a-171c; ou sequer “vantajosas”: 177d-179b).

De modo discreto, as teses sucessivamente atribuídas ao sofista são convocadas para, de uma vez por todas, a concepção platônica da cognição se concentrar no litígio que a opõe à infalibilidade, tal como esta se deixa expressar pela máxima que consubstancia o pensamento de Protágoras:

O homem é a medida de todas as coisas (DK68B1).

A partir desta tese abrangente, Sócrates vai analisando a concepção de conhecimento que atribui ao sofista, gradualmente analisando o processo cognitivo nas distintas operações que o constituem. Começando por identificar o “homem” de Protágoras com os “tu e eu” que participam no diálogo (152a), mostra a interdependência dos processos físicos (“vento frio”, “vento quente”), psíquicos (“vento “frio/quente””) e doxásticos: “o vento é “frio ou quente”” (152b) na fenomenologia coberta pela ‘sensopercepção’ (153d-154b).

Todavia, o revolucionário argumento que reduz a sensopercepção ao movimento (156a-157c) cancela esta convergência contrastando a radical descontinuidade do fluxismo dos processos psicofísicos com o estabilidade requerida pelos produtos doxásticos que os descrevem<sup>8</sup>, antecipando a conclusão do *elenchos* sobre a definição de Teeteto:

O saber não se acha nas sensações, mas no raciocínio sobre elas<sup>9</sup> (186d).

A partir daí, a sensopercepção passa a ser entendida como o momento inicial do *processo* abrangente, designado como “crença/opinião” (*doxa*), o qual, mediante a integração

8. Nada é uma unidade estável porque o fluxo contínuo não consente a admissão ou nomeação de entidades. “Homem” ou “pedra” mais não são que “agregados” (*athroismata*: 157b). O saldo da teoria corrobora as teses de Górgias (DK82B3.77-86) que defendem a ilegitimidade de qualquer interpretação coerente do “mundo exterior” (*Ibid.* 84-86).

9. Traduções de A. Nogueira e M. Boeri, *Platão, Teeteto* (J. T. Santos 2005).

de ‘pensamento’ (189e-190a) e ‘memória’ (*vide* 193b-195a), poderá finalmente proporcionar o atingir da verdade/falsidade<sup>10</sup> buscadas pela alma (186c).

O exame do passo dá a entender que sempre se esteve a falar de duas acepções complementares de *doxa*: enquanto “competência cognitiva” e processo psíquico é ‘crença’, porém, quando “se define” (*horisasa*: 190a2) num *logos*, é ‘opinião’ (190a). Mas será necessário cruzar o oceano de argumentos do *Sofista* para perceber que só ela se poderá considerar ‘verdadeira’ ou ‘falsa’.

É neste ponto que se pode abarcar a incomensurabilidade da “verdade’ de Protágoras” com a de Sócrates<sup>11</sup>. Enquanto o sofista se refugia na inacessibilidade antepredicativa do complexo epistêmico sensista (“Como ... não seria sabedor das [coisas] de que tenho percepção?”: 160d), Sócrates interpõe uma barreira entre a ‘crença’ e a ‘verdade’, e, antecipando o *Sofista*, restringe esta última à expressão da opinião através do enunciado, que aponta como a única via de acesso ao saber:

... quando alguém chega à opinião verdadeira sobre alguma coisa, sem explicação (*logon*), a sua alma encontra-se na verdade a respeito disso, mas não a conhece. Aquele que não for capaz de dar e receber uma explicação sobre algo ignora-o, ... se chegou a uma explicação não só tudo isto lhe veio a ser possível, como além disso tem completamente o saber (202c).

#### 1.4.2. A ‘infalibilidade’ do saber e o problema da opinião falsa

Esta conclusão aponta para o segundo problema da *doxa*. No início da refutação da primeira definição de Teeteto, a sensopercepção é identificada com o saber e considerada “infalível”:

A percepção é sempre daquilo que é e não pode ser falsa (*apseudes*), sendo saber (152c).

Adiante, a despeito de a identidade entre ‘sensopercepção’ e ‘saber’ ter acabado de ser refutada (184b-186d), a sensopercepção é de novo identificada com “o que é”, com o argumento de que “quem vê (ouve, toca) vê (ouve, toca) algo... que é” (188e-189a). O argumento só tem sentido num contexto antepredicativo, no qual “[alguém] ver (ouvir, tocar)” é “ver (ouvir, tocar)” o “visto (ouvido, tocado

10. Antes, Sócrates tinha vindicado a tese de ‘Protágoras’ ao “salvar” a instância psicofísica da sensopercepção, reconhecendo ser difícil não considerar verdadeira “a experiência presente de cada um, pela qual as percepções e as opiniões se geram” (179c).

11. É por essa razão que a demonstração de que a tese – “todas as opiniões são verdadeiras” – se autocontradiz não resulta. Só num contexto predicativo a cláusula *secundum quid* – “para cada um” – tem de ser expressa, pois no contexto antepredicativo da “crença/opinião” fica subentendida no ato discursivo que exprime a opinião. Todas as opiniões são sempre “a experiência presente de cada um”: *Teet.* 179c; *vide Eutidemo* 284a-c).

12. O texto é bem claro: “É desde logo impossível que quem sabe algo não o saiba, ou que quem não sabe o saiba” (188a). No contexto antepredicativo, o argumento corre sobre a síntese “sabedor/saber/sabido”, não sobre a identidade predicativa do “conhecimento de algo” ao “algo conhecido”.

[por alguém]”, fundindo percepção e percebido no *estado* passivo/ativo do percipiente (156c-157a).

Prosseguindo, sempre no registro antepredicativo, o argumento alega a impossibilidade de uma “opinião falsa”, uma vez que toda a opinião é de *algo-que-se-sabe*<sup>12</sup> – e não se pode saber o que se não sabe e viceversa (188a-c) –, ou de *algo-que-é*, e uma “opinião-que-não-é” é opinião “de nada” (189a-b).

O mesmo ocorre no exame dos dois casos que se estendem ao longo da refutação da segunda definição – o “bloco de cera” e o “aviário” –, em que a relação é invertida. Inseridos num contexto predicativo, nenhum dos exemplos de erro (percepções comparadas com memórias, ou igualdades, do tipo ‘7+5’ = ‘11’ ou ‘12’) vale no contexto definido pela unidade da síntese antepredicativa.

Finalmente, a refutação da terceira definição condensa o nó que opõe os dois contextos. Entendida não como um nome, mas como “entrelaçamento de nomes” (201e-202b), nenhuma das concepções de *logos* avançadas (206d, 206e-207a, 208c) preserva a unidade da síntese antepredicativa. Portanto, como nem o processo opinativo, nem a concepção predicativa do *logos* (explicação de “algo” pela sua identificação com “outro algo”) podem aspirar à perfeição do pressuposto antepredicativo da infalibilidade, vale a conclusão aporética de que a opinião não pode dar acesso ao saber.

### 1.5. A solução do Sofista

Só no *Sofista* o enunciado é finalmente liberto das cadeias a que a antepredicatividade o amarrava (261c-264b), avançando no longo caminho que permitirá entender o *logos* e a *doxa* como gêneros, susceptíveis de se combinarem tanto com o Ser, como com o Não-Ser, para poderem produzir ‘verdade’ e ‘falsidade’ (261c).

Entendido como “entrelaçamento de nomes e verbos” (261e-262c), o enunciado não se limita a nomear, mas “conclui algo” (262d), “afirmando e negando” (263e), podendo ser considerado ‘verdadeiro’ ou ‘falso’ (263b, d), de modo a possibilitar que:

pensamento, opinião e imaginação possam nascer na alma como verdadeiros e falsos (263d).



Com esta conclusão, Platão definitivamente erradica a dupla identidade formal entre ‘ser’ e ‘verdade’, ‘não-ser’ e ‘falsidade’, com a qual os sofistas impossibilitavam a refutação de qualquer *logos*, tornando inexplicáveis o erro e a contradição. O discurso poderá a partir daí ser usado para chegar ao conhecimento do real. No entanto, a antepredicatividade terá o seu futuro assegurado enquanto a garantia de certeza do um saber infalível não puder ser reduzida ao empirismo de uma verdade encerrada no discurso.

## 2. EPÍLOGO

A utilização da linguagem para chegar ao conhecimento da realidade exterior insere o discurso num contexto relacional e predicativo, no qual todo conhecimento é “conhecimento de” alguém e de algo. Embora o processo de difusão do discurso predicativo se ache registrado em textos do séc. V, só Platão, nos diálogos “socráticos”, esboça a teoria pela qual o *logos* passa a ser entendido como um enunciado predicativo, suscetível de “dizer o que é” o tópico a que uma pesquisa visa.

Essa teoria deveria ter “deixado cair” a antepredicatividade. Todavia, a aceitação da argumentação de Parmênides pelo Mestre da Academia obriga-o a “salvar” os pressupostos eleáticos, convertendo-os em princípios da sua concepção do conhecimento<sup>13</sup>:

1. O processo cognitivo é regulado *a priori* por um sistema de entidades inteligíveis: as Formas;
2. a teoria da “participação” caracteriza os hiper-predicados<sup>14</sup> denominados ‘Formas’ como os modelos imitados pelos predicados usados para descrever os sensíveis.

No entanto, nem por ser um antepassado da epistemologia dos diálogos, a antepredicatividade não deixará de ter o seu futuro na tradição. Condensada na tese da infalibilidade do saber, que a inserção da verdade num contexto predicativo dispensa, sobreviverá, oculta no contexto antepredicativo, enquanto parecer um contrasenso admitir um ‘conhecimento’ não-verdadeiro. Por isso a vemos reaparecer em Aristóteles, por exemplo nas teses que defendem a apreensão

13. Como é patente no argumento final da *República* V, bem como o da Reminiscência, no *Fédon* (72e-77a).

14. Entendo ‘hiper-predicado’ como o predicado que só pode ser asserido de si mesmo. Para J. N. Martin 1995, 174, “a extensão de *hiper-P* é um subconjunto (de um dado tipo) da extensão de *P*”. “*S é P*” implica pragmaticamente “*S é não-hiper-P*” (174). No *Fédon* (74a-76a), cada Forma é o predicado inteligível “imitado” pelos predicados que os sensíveis que a ela se referem *possuem*.

15. Neste mesmo sentido, veja-se, por exemplo, a “discriminação certa (aplanês) dos subsistentes”, atribuída a Espeusipo por Sexto (*Adv. Mathem.* VII 145-146).

16. Enquanto for condição necessária e suficiente do ‘conhecimento’ a identidade deste ao ‘conhecido’, a relação entre um “sujeito cognoscente” e um “objeto conhecido”, expressa em proposições *predicativas*, não poderá satisfazer essa condição.

17. Ao contrastar “verdade e falsidade” nas substâncias compostas e não-compostas (*Metafísica*  $\Theta$ 10, 1051b1-6; 23-25; 1051b34-1052a4; *Da alma*  $\Gamma$ 6, 430a25-b7), mantém o registro predicativo a par do antepredicativo.

18. O texto parece não sustentar qualquer tese metafísica acerca da cognição. Limita-se a notar que quem for “conhecedor em ato” (*theôrôn entecheiai*) [da gramática] é conhecedor da “[letra] A” “no sentido mais forte” (*kyriôs epistamentos*).

direta dos universais, no *Da alma*  $\Gamma$ 4-5, ou a captação dos “particulares e dos universais” pela sensopercepção, identificada com o intelecto (*Ét. Nic.* Z11,1142b35-1143a5<sup>15</sup>; *vide Seg. An.* B19, 100a16-b1).

Surpreendente será que se manifeste ainda hoje, por exemplo, no “Problema de Gettier”<sup>16</sup>, no qual dois contraexemplos bastam para demonstrar a insuficiência das tentativas de encontrar na ‘verdade’ e na ‘crença verdadeira’ as “condições necessárias e suficientes do conhecimento de uma dada proposição”.

Aristóteles teria boas razões para concordar com a conclusão do argumento<sup>17</sup>. Mas notaria que toma ‘conhecimento’ em três sentidos: 1. como ‘faculdade’ (*dynamis*); 2. como ‘exercício’ dessa faculdade; 3. como ‘conhecimento’ de “algo conhecido a partir desse exercício em ato”<sup>18</sup> (*Da alma* B5,417a22-29).

Considerando os três sentidos em que ‘conhecimento’ é lido, percebe-se que cada um destes é condição necessária, mas não suficiente, daquele que o atualiza. E não é condição suficiente porque só o terceiro é capaz de “fundir” todos eles na unidade antepredicativa a que Aristóteles chama ‘ato puro’.

## REFERÊNCIAS

### A. Fontes

#### Parmênides:

F. Santoro (2009), *Poema de Parmênides: Da Natureza, Edição do texto grego, tradução e comentários*, Azogue, Rio de Janeiro.

José Trindade Santos (2003), *Parmênides, Da natureza*, Tradução, comentário e notas de José Trindade Santos, Loyola, S. Paulo.

#### Platão:

*Platonis Opera*. Ed. I. Burnet. I-V, Oxford U. P., Oxford, 1900-1907.

D. Bostock (1988), *Plato Theaetetus*, Oxford U. Pr.

T. Chappell (2004), *Plato, Theaetetus*, Oxford U. Pr.

J. McDowell (1973), *Plato, Theaetetus*, Oxford Clarendon Press.

A. F. Nogueira (1999), *Platão, Eutidemo*, Tradução, Introdução e notas, INCM, Lisboa 1999.

M. H. da R. Pereira (2011<sup>9</sup>), *Platão, A República*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2011.

J. T. Santos (2005), *Platão, Teeteto*, Tradução de A. Nogueira, M. Boeri, “Introdução” de J. T. Santos, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2012<sup>3</sup>.

J. T. Santos (2011), *Platão, O Sofista*, Tradução de H. Murachco, J. Maia, J. T. Santos, “Introdução” de J. T. Santos, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2011.

Aristóteles:

Aristoteles, Bekkerus, I. 1831. *Aristoteles Graece: ex recognitione Immanuelis Bekkeri*, Berolini, G. Reimer.

Sexto Empírico:

*Against the Logicians*, Loeb Classical Library, W. Heinemann, Harvard U. P., 1967.

## B. Bibliografia secundária

B1. Livros

J. Annas (1981), *An Introduction to Plato's Republic*, Oxford U. Pr., New York.

H. H. Benson (2000), *Socratic Wisdom: The Model of Knowledge in Plato's Early Dialogues*, Oxford U. Pr.

M. Burnyeat (1990), *The Theaetetus of Plato*, Hackett, Indianapolis/Cambridge.

Th. Chance (1992), *Plato's Euthydemus. Analysis of What Is and What Is Not Philosophy*, Un. of California Pr., Berkeley and Los Angeles.

N. C. Denyer (1991), *Language, Thought and Falsehood in Ancient Greek Philosophy*, Routledge, London.

T. Irwin (1995), *Plato's Ethics*, Oxford U. Pr., Oxford.

T. Irwin (1977), *Plato's Moral Theory*, Oxford U. Pr., Oxford.

A. P. D. Mourelatos (1970), *The Route of Parmenides*, Yale U. P., New Haven & London.

W. D. Ross (1951), *Plato's Theory of Ideas*, Oxford Clarendon Press.

B2. Colectâneas

I. Crombie (1963), *An Examination of Plato's Doctrines II*, Oxford U. Pr.

G. Fine (ed.), (2008), *The Oxford Handbook of Plato*, Oxford U. P., Oxford.

G. Fine (2003), *Plato on Knowledge and Forms*, Oxford U. Pr., New York, 2003.

G. Fine (ed.), (1999), *Plato I*, Oxford U. P., Oxford.

J. Hintikka (1974), *Knowledge and the Known*, D. Reidel, Dordrecht/Boston.

R. Patterson, V. Karasmanis, A. Hermann (eds.), (2012), *Presocratics and Plato: A Festschrift in honour of Charles Kahn*, *Presocratics and Plato*, Parmenides Publishing, Las Vegas.

B3. Artigos:

L. Brown (2012), "Negation and not-being: Dark Matter in the *Sophist*", *Presocratics and Plato: A Festschrift in honour of Charles Kahn*, 233-254.

L. Brown (2008), "The *Sophist* on Statements, Predication and Falsehood", *The Oxford Handbook of Plato*, 437-462.

T. Butler (2011), "Identity and Infallibility in Plato's Epistemology", *Apeiron* 39.1, 1-26.

P. Curd (1991), "Parmenidian Monism", *Phronesis* XXXVI/3, 241-264.

J. M. Day (1997), "The Theory of Perception in Plato's *Theaetetus* 152-183", *Oxford Studies in Ancient Philosophy* XV 1997, 51-80.

G. Fine (2003a), "Knowledge and Belief in the *Republic V*", *Plato on Knowledge and Forms*, Oxford U. Pr., New York, 66-84.

G. Fine (1999), "Knowledge and Belief in *Republic* 5-7", *Plato I*, G. Fine (ed.), Oxford U. Pr., 215-246.

G. Fine (1998), "Relativism and Self-Refutation", *Method in Ancient Philosophy*, 137-163.

G. Fine (1996), “Conflicting Appearances: *Theatetus* 153d-154b”, *Form and Argument in Late Plato*, 105-133.

E. Gettier, “Is Justified True Belief Knowledge?”, *Analysis* 23, 1963, 121-123.

J. Hintikka (1974), “Knowledge and its Objects in Plato”, in *Knowledge and the Known*, 1-30.

J. N. Martin (1995), “Existence, Negation, and Abstraction in the Neo-Platonic Hierarchy”, *History and Philosophy of Logic*, 1995, 16: 2, 169-196.

J. T. Santos (2012), “A “questão da existência” no Poema de Parmênides”, *Filosofia Unisinos* 13 (2), Maio-Agosto 2012, 182-198.

J. T. Santos (2012a), “A leitura de “é/não é” a partir de Parmênides, B2”, *Dissertatio* 36, 2012, 11-31.

Recebido em maio de 2013  
Aprovado em maio de 2013

